



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2021**

(Do Deputado Dr. Leonardo)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar a punição de motoristas e de autoridades que contratam motoristas que não estejam devidamente habilitados para conduzir veículos de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produtos perigosos, gerando perigo de dano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar a punição de motoristas e/ou autoridades que contratam motoristas que não estejam devidamente habilitados para conduzir veículos de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produtos perigosos, gerando perigo de dano.

Art. 2º O art. 145-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 145-A.....  
.....

§1º A condução de veículos de que trata o caput do art. 145 sem a devida habilitação para dirigir ou sem a realização dos cursos especializados e treinamentos obrigatórios, nos termos da



\* C D 2 1 1 1 8 2 9 8 8 2 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

normatização do CONTRAN, gerando perigo de dano, é punível com pena de detenção, de um ano a dois anos, ou multa.

§2º A autoridade que contratar motoristas que não estiverem devidamente habilitados para conduzir veículos de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigosos, gerando perigo de dano, é punível com pena de detenção, de um ano a dois anos, ou multa.” (NR)

§3º Os cursos especializados serão ministrados pelos órgãos ou entidades executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou por instituições credenciadas aos Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRAN).

§4º Conduzir Ambulância sem atender o requisito do parágrafo primeiro, configura exercício ilegal da Profissão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), estabelece requisitos especiais para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso. Além disso, exige aprovação em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN. E, para conduzir ambulâncias, o candidato deverá comprovar treinamento especializado e reciclagem em cursos específicos a cada 5 (cinco) anos, nos termos da normatização do Contran.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Todavia, chegou ao conhecimento deste gabinete parlamentar inúmeros casos relatados em que prefeituras estão contratando motoristas sem a habilitação apropriada e que não possuem os cursos obrigatórios para dirigirem as ambulâncias do município. Muitas vezes o motorista possui apenas a habilitação B, para dirigir carros comuns, mas sem o devido treinamento para dirigir carros maiores, que exigem carteira D, por exemplo. Casos como esse colocam a vida dos pacientes, familiares e população em risco, visto que as exigências de requisitos especiais foram estabelecidas considerando o maior grau de dificuldade em operar tais veículos.

Nesse sentido, é necessário que a legislação contemple uma punição compatível com o perigo de dano que um condutor de ambulância que não esteja devidamente habilitado pode causar, assim como veículos de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigosos.

Expostos os motivos, submete-se este Projeto de Lei para apreciação.

Sala das Sessões, em            de            de 2021.

**Dep. Dr. Leonardo  
Solidariedade/MT**

